



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9850 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

Metamorfoses da política de formação profissional continuada de trabalhadores(as) no Brasil (2010-2020)

Liliane Bordignon de Souza - UNITAU - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

### **Metamorfoses da política de formação profissional continuada de trabalhadores(as) no Brasil (2010-2020)**

#### **Resumo**

Apresentamos a seguir uma análise sobre as formas que a noção de qualificação para o trabalho assumiu na política de formação profissional continuada, no período 2011-2020. O estudo das relações entre a experiência do desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e as propostas do itinerário formação técnica e profissional da Reforma do Ensino Médio de 2017, demonstra como diferentes projetos de qualificação foram se transmutando na busca por um novo *ethos* do trabalho, embaralhando a pedagogia das competências com a pedagogia do empreendedorismo. A análise da legislação que regulamenta essas políticas públicas educacionais, entrevistas e estudo da literatura especializada mostram que está em processo a construção de um novo modo de ser trabalhador(a), que se manifesta na formação profissional, articulado às novas necessidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nele predomina o trabalho sem direitos no setor de serviços, no qual os trabalhadores(as) precisam “se virar” para garantir sua renda e a sobrevivência do grupo familiar. A noção de qualificar e formar para o trabalho está sendo cada vez mais articulada à noção de empreendedorismo e da formação em exercício, que atribuem ao trabalhador(a) todos os riscos e responsabilidades relacionados à formação e ao trabalho.

**Palavras-chave:** educação e trabalho; formação profissional continuada; Pronatec; empreendedorismo

O trabalho apresentado a seguir parte de um problema básico: quais são os sentidos sociais que a noção de qualificação para o trabalho assumiu na política de formação de formação profissional continuada, no período entre 2011 e 2020? A abordagem do problema, que tem origem na tese de doutorado que desenvolvemos [\[1\]](#), levou à análise da formação ofertada por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no interior do estado de São Paulo, tomando-o como o objeto da pesquisa. Nesse

sentido, realizamos estudos sobre a legislação que regulamenta a formação profissional continuada, os documentos oficiais que a orientam, entrevistas semiestruturadas com gestores e egressos e a construção de um estado do conhecimento sobre o programa.

A pesquisa demonstra a polissemia que a noção de qualificação profissional possui no âmbito da legislação. Além disso, revela como essa noção é incorporada e transformada constantemente. Na análise do material coletado sobre a formação profissional continuada observamos a construção de movimento de embaralhamento da pedagogia das competências com a pedagogia do empreendedorismo. Observamos que está em construção no Brasil, sobretudo no âmbito do “Sistema S”, um projeto de educação empreendedora, que vem sendo desenvolvida no ensino público pelo SEBRAE. O projeto se materializa no tempo presente pela oferta da disciplina de empreendedorismo nos currículos dos mais diferentes níveis escolares, principalmente o ensino médio.

No caso da formação profissional continuada, o Pronatec Empreendedor é um exemplo de como esse projeto se desenvolveu. O objetivo era inserir a disciplina de empreendedorismo nos cursos de formação profissional inicial e continuada do programa. Observamos que esse projeto não teve muito tempo de implementação, considerando que a partir de 2016 os recursos do Pronatec foram sendo extintos e o programa foi deixando de existir, mas parece ter deixado um legado.

A pesquisa revela a necessidade de melhor compreender como o empreendedorismo está sendo introduzido enquanto eixo estruturante nos cursos de ensino médio organizados a partir da reforma de 2017[2]. Cabe lembrar que a noção de empreendedorismo apareceu como um tema transversal do currículo já no Projeto de Lei[3] que embasou a reforma. Nesse sentido, é preciso compreender como vem sendo construído um projeto de educação empreendedora, que atinge não apenas a formação profissional continuada, mas também outros níveis e modalidades de ensino.

Esse debate se cruza com a análise do processo de (re)inserção dos jovens no mercado de trabalho e com o processo de escolarização da juventude brasileira quando observamos que o ensino médio tem se tornado o pré-requisito mínimo para ingresso em parte das ocupações. A maioria dos empregos no Brasil está posicionada no setor terciário (58,2%), sendo que 18,7% dos empregos no setor de serviços estão alocados no comércio, segundo a Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE/PME (CACCIAMALI e TATEI, 2016). Assim, o ensino médio foi ganhando maior relevância e sua associação com a formação profissional inicial e continuada foi recebendo novos contornos.

Ludmila C. Abílio (2017) explica que o mercado de trabalho é composto atualmente pelo que se denomina *e-marketplace*[4]. Trata-se de um espaço virtual de serviços que foi construído nos últimos anos no qual atuam empresas-aplicativos que intermediam microempreendedores e os consumidores. Para a autora, o *outsourcing* ou processo de terceirização e externalização da produção está alcançando uma nova fase, o *crowdsourcing*[5]. Nesse processo, o trabalhador disponível nas plataformas é compreendido como um trabalhador autônomo. Ele não possui um estatuto profissional e menos ainda um contrato de trabalho que lhe assegure as mínimas garantias em face ao desemprego, uma doença e/ou um acidente de trabalho incapacitante. Os motoristas da Uber, os ciclistas do iFood e/ou as revendedoras da Natura ocupam esse estatuto de trabalhador autônomo, sem exigência de formação ou experiência, que acaba sendo compreendido como complemento de renda, quando na realidade tem se tornado um emprego.

Nesse contexto, o termo “viração” ganha enorme relevância na definição das formas de trabalho mais contemporâneas. Os trabalhadores “se viram”, como colocado na linguagem informal. Tornam-se trabalhadores amadores em diferentes tipos de serviços, seja recebendo e orientando hóspedes em suas residências, seja conduzindo passageiros para os mais diferentes locais da cidade.

Esse termo utilizado por Vera Telles (2006) já no início dos anos 2000 remete diretamente a uma característica do mercado de trabalho brasileiro: a informalidade dos trabalhadores, que ganha novos contornos com o crescimento do *e-marketplace* no país. Ludmila C. Abílio (2017) recoloca a análise da “viração” demonstrando o que permanece e o que muda nas últimas décadas na realização do trabalho informal. Observamos, acompanhando a autora, que permanece a baixa qualificação e o baixo rendimento dos trabalhadores que alternam entre diferentes tipos de trabalhos precários para alcançar a renda mínima da família. Nesse contexto, a construção da trajetória profissional dos trabalhadores é marcada pela heterogeneidade de ocupações, passando pela indústria, serviços, trabalho formal e informal na zona urbana.

Lucie Tanguy (2016), analisando o caso francês, argumenta que o projeto de formação para a competitividade, que tem sido difundido no “mundo ocidental”, defendido e planejado por alguns setores do empresariado europeu, tem ocupado, cada vez mais, o espaço de um projeto de formação universalista, voltado à educação do cidadão. Aos poucos a ideia de educação geral igualitária, fornecedora de diferentes acessos as variadas dimensões da cultura, vai sendo embaralhada pela construção de um projeto de educação empreendedora.

As pesquisas realizadas pela autora [6] demonstram que os projetos pedagógicos de cursos de aprendizagem profissional, de cursos técnicos, etc., têm se aproximado de uma perspectiva de formação para a aquisição de um espírito empresarial pelos jovens. Segundo a autora, a relação colocada pelo senso comum entre educação/treinamento/qualificação e emprego mascara o real funcionamento do mercado de trabalho. A economia possui uma dinâmica própria, que expande e comprime os empregos. A formação realizada pelos estabelecimentos escolares é apenas uma parte dessa qualificação, que se concretiza, de fato, no mercado de trabalho, quando a empresa contrata e reconhece a formação recebida. A formação profissional é necessária, mas não suficiente para se alcançar um emprego.

O projeto educacional comprometido com a formação do espírito empresarial nos jovens torna a empresa partícipe do processo educativo, normalizando determinados tipos de relações de trabalho. Esse é o objetivo da pedagogia do empreendedorismo, que também se desenvolve na realidade brasileira: normalizar relações de trabalho nocivas e construir o empreendedor de si mesmo. “Espírito empreendedor, espírito da empresa e suas variáveis são palavras de ordem que traduzem um programa político: ensinar o espírito capitalista” (TANGUY, 2016, p. 200. tradução livre).

A pesquisa revela que a maior parte dos beneficiários dos cursos de formação profissional continuada ofertados pelo Pronatec no Brasil é composta de mulheres jovens (15 a 30 anos). As mulheres jovens e negras, coincidentemente, são aquelas mais atingidas pelo desemprego e ocupam os postos mais precários de trabalho no caso brasileiro [7]. Ainda assim, as mulheres são a maioria da população em idade ativa e possuem mais anos de estudo do que os homens.

As mulheres jovens, no Brasil, são as protagonistas do movimento de “viração” ao

qual se refere Ludmila C. Abílio (2017). A autora mostra como o crescimento do setor de serviços se conjugou com o uso intensivo de tecnologias da informação e da comunicação e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres, os jovens, a população negra e pobre, são os mais afetados pelas mudanças nas formas de exploração no trabalho, pela baixa escolarização e pela exclusão da formação profissional técnica e superior no Brasil, em especial em nichos profissionais com maior status social.

As propostas expressas pela Reforma do Ensino Médio (Lei nº. 13.415/2017); as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº. 03/2017); a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e todos os demais documentos oficiais que orientam o atual projeto de educação nacional, apresentam o empreendedorismo como eixo estruturante da formação técnica e profissional. A intenção é que a formação profissional a ser desenvolvida no âmbito desse nível de ensino, seja ela técnica ou continuada, contribua na formação do espírito empreendedor dos jovens brasileiros. A proposta se reúne a uma estratégia econômica de aumento da produtividade e de diminuição das pressões decorrentes do desemprego.

A atual política de formação profissional continuada, à semelhança daquela desenvolvida por programas como o Pronatec, está em compasso de espera. Até o momento de conclusão deste trabalho, nenhuma proposta foi realizada no âmbito do Ministério da Educação e do Congresso Nacional para essa modalidade de educação profissional. O MEC parece estar concentrando suas iniciativas na Reforma do Ensino Médio e na sua articulação com a formação técnica e profissional.

Marise Ramos (2019) em análise de um Projeto de Lei apresentado pelo poder executivo ao Congresso Nacional, em 2019<sup>[8]</sup>, que propõe a reorganização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também levanta a hipótese de que as propostas de mudanças para a formação profissional inicial e continuada estão em consonância com as aquelas realizadas para o ensino médio. A autora sugere que o itinerário de formação técnica e profissional no ensino médio poderia ser atribuído à Rede Federal de Educação Profissional. No entanto, o referido PL foi retirado do debate e nenhuma mudança foi concretizada nessa direção. Segundo a interpretação da autora, as novas legislações podem aprofundar o esvaziamento da escola e da experiência escolar como fundamentais na formação humana e profissional.

O que podemos afirmar a partir das análises por nós realizadas dos documentos que regulam as proposições para o ensino médio e a formação profissional nos últimos anos, é que a noção de competências profissionais e empreendedorismo se mesclam na significação da qualificação para o trabalho. Ainda não é possível saber como as propostas dos componentes curriculares “empreendedorismo” e “projeto de vida” se desenvolverão na educação básica. A conclusão provisória é de que as propostas da Reforma do Ensino Médio relativas ao itinerário formação técnica e profissional dialogam com proposições desenvolvidas no âmbito da formação profissional continuada no Pronatec. As instituições do “Sistema S” e as escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ofereceram cursos de formação profissional em espaços ociosos de escolas públicas municipais e estaduais, organizando o que chamavam de ações descentralizadas. A oferta dos cursos proporcionou às instituições a experiência de articulação com diferentes estabelecimentos, reunindo a infraestrutura necessária para sua realização. Além disso, o projeto de formação que esses cursos abrigavam foram os promotores pioneiros da pedagogia do empreendedorismo, desenvolvida em estreito diálogo com o projeto de educação empreendedora do SEBRAE que a reforma demonstra referendar.

### Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. São Paulo. **Blog da Boitempo**, v. 22, 2017.

CACCIAMALI, MARIA CRISTINA; TATEI, FABIO. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos de Avaliação**, São Paulo , p. 103-121, v. 30, n. 87, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio no Brasil contemporâneo: coerção revestida de consenso no “Estado de Exceção”. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2019.

[QUEBRA DE ANONIMATO - INSERIR APÓS A AVALIAÇÃO] .

TANGUY, Lucie. De l'éducation à la formation: quelles réformes? **Education et sociétés**, n. 2, p. 99-122, 2005.

TANGUY, Lucie. **Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école**. Le tournant politique des années 1980-2000 en France. Paris: La Dispute, 2016.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo social**, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

[1] [QUEBRA DE ANONIMATO - INSERIR APÓS A AVALIAÇÃO] (2020).

[2] Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

[3] PL nº. 6.840/2013.

[4] Eletronic Marketplace.

[5] Termo cunhado por Jeff Howe, em 2008. As traduções mais usuais das referidas palavras são: *crowd* – multidão/público/audiência e *outsourcing* – terceirização/externalização.

[6] TANGUY (2005 e 2016).

[7] Divulgação da PNAD Contínua Trimestral - 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019>. Acesso em: janeiro de 2021.

[8] PL nº11.279/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190325>. Acesso em: janeiro de 2021.